

Junho/2017 (Dados de Abril/2017)



Desempenho Fiscal

União registra superavit primário de R\$ 11,6 bilhões em abril de 2017. Com isso, o deficit acumulado no ano foi reduzido para R\$ 3,9 bilhões. Persiste, entretanto, o indicativo de descumprimento da meta anual, pois enquanto a meta de deficit do governo central (que exclui estatais) é de R\$ 138,8 bilhões, as expectativas de mercado apontam para deficit de R\$ 148,0 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO	DIFERENÇA (B)-(A)
	EM ABRIL	ATÉ ABRIL (A)	META DO ANO (B)	
Setor Público Consolidado	12,9	15,1	-143,1	-158,2
União	11,6	-3,9	-142,0	-138,1
Governo Central	11,5	-2,7	-138,8	-136,3
Empresas Estatais Federais	0,2	-1,2	-3,2	-1,8
Estados e Municípios	1,3	19,0	-1,1	-20,1

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 (LDO 2017) e Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2017 para as metas do ano.

O resultado primário da União em abril de 2017 foi superavitário em R\$ 11,6 bilhões. Nada obstante, no acumulado do ano, apura-se um deficit primário de R\$ 3,9 bilhões.

Prospectivamente, destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), as projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de maio), apontam para deficit de R\$ 148,0 bilhões em 2017, o que implicaria inobservância da meta de deficit de R\$ 138,8 bilhões, anunciada pelo Poder Executivo no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2017.

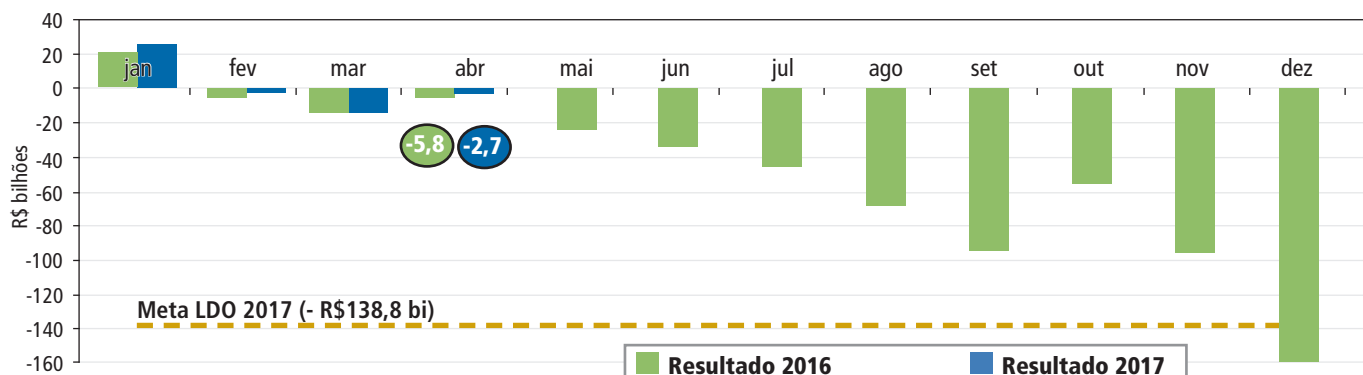
Note-se que a meta de deficit do governo central foi reduzida de R\$ 139 bilhões para R\$ 138,8 bilhões com

vistas a compensar o resultado desfavorável adicional de R\$ 0,2 bilhão previsto para as estatais federais, cuja meta de deficit foi elevada na mesma proporção, de R\$ 3,0 bilhões para R\$ 3,2 bilhões. Trata-se de compensação entre metas promovida com amparo no art. 2º, § 3º, da LDO 2017, que em nada altera o total da meta de deficit primário da União, originalmente fixada em R\$ 142,0 bilhões.

Cabe reiterar que 2017 representa o primeiro ano de vigência do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95, de 2016), o qual limita por 20 anos os gastos primários da União. Embora tal medida contribua para o esforço de contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o risco de descumprimento de metas de resultado primário em 2017.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



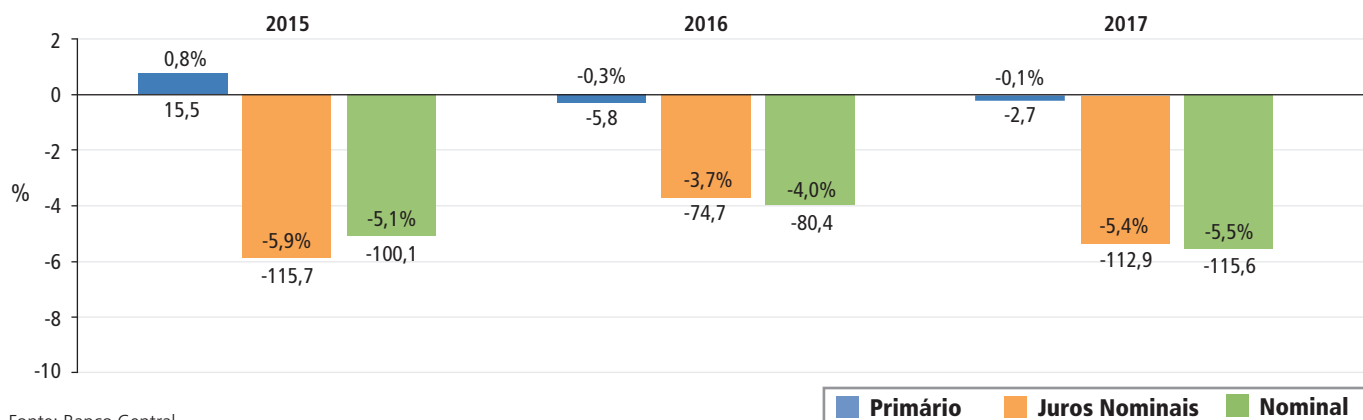
Fonte: Banco Central para dados de resultado e Lei 13.408/2016 (LDO 2017) e Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2017, para a meta do ano.

Em abril de 2017, o governo central apresentou superavit primário de R\$ 11,5 bilhões, frente ao superavit de R\$ 8,7 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No ano, o governo central acumulou resultado primário deficitário

de R\$ 2,7 bilhões (0,1% do PIB). Em 2016, no mesmo período, o deficit primário acumulado foi de R\$ 5,8 bilhões (0,3% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Jan - Abr (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

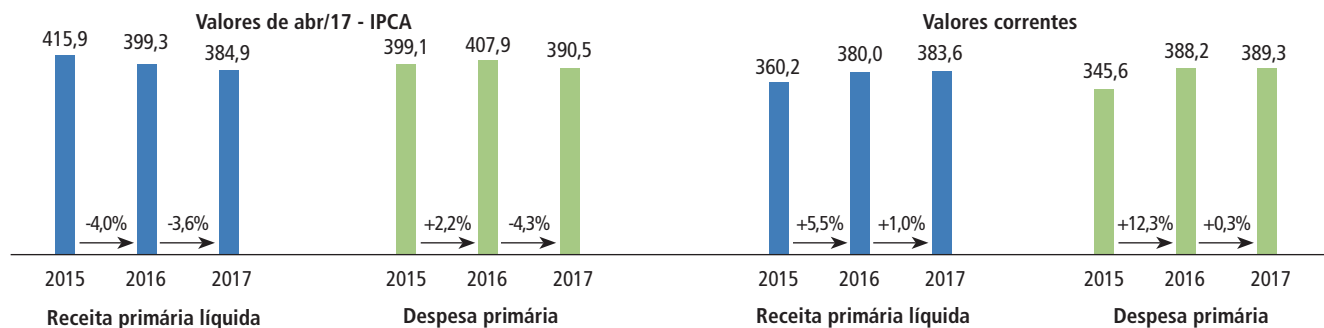
O resultado nominal do governo central no primeiro quadrimestre de 2017 foi deficitário em R\$ 115,6 bilhões (5,5% do PIB). Em 2016, o deficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 80,4 bilhões (4,0% do PIB).

Os juros nominais, apropriados por competência, alcançaram R\$ 112,9 bilhões (5,4% do PIB) até abril, comparativamente a R\$ 74,7 bilhões (3,7% do PIB) no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções das taxas básicas de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente no patamar de 10,25% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano. Esse fato, somado ao deficit primário esperado e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do estoque da dívida, conforme registrado no item F.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Abr (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 3,6% no primeiro quadrimestre de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve redução real de 4,3%.

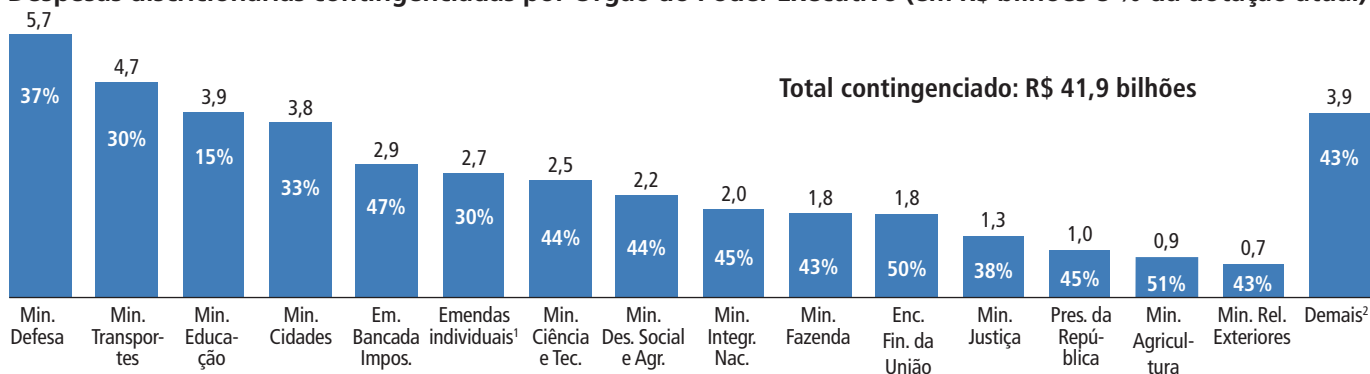
O decréscimo na receita líquida em R\$ 14,4 bilhões (-3,6%) é explicado, principalmente, pela diminuição nas receitas não administradas pela RFB em R\$ 3,5 bilhões (-6,4%), pela redução da arrecadação líquida para o RGPS em R\$ 4,0 bilhões (-3,3%) e pela elevação nas transferências por repartição de receita em R\$ 5,3 bilhões (7,3%). A redução nas receitas não administradas pela RFB decorre principalmente da não repetição, em 2017, do recebimen-

to de R\$ 11,1 bilhões em bônus de outorga ocorrido em janeiro de 2016.

Pelo lado da despesa, a queda real de R\$ 17,4 bilhões (-4,3%) teve como principais componentes as reduções dos subsídios, subvenções e Proagro em R\$ 4,1 bilhões (-30,2%); da compensação ao RGPS devido à reversão parcial da desoneração em R\$ 3,5 bilhões (-36,7%); do abono e seguro desemprego em R\$ 2,1 bilhões (-9,0%) e das despesas discricionárias totais em R\$ 21,4 bilhões (-23,6%). Em contrapartida, registrou-se elevação dos benefícios previdenciários em R\$ 8,8 bilhões (5,5%) e da despesa com pessoal e encargos sociais em R\$ 6,1 bilhões (7,3%).

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas por Órgão do Poder Executivo (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.062/2017, e Siga Brasil. 1. O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 30% foi calculado sobre o total autorizado na LOA2017 para o Poder Executivo (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2016 (R\$ 8,6 bilhões). Considerado esse valor, o contingenciamento representou 26% do montante disponível para execução. 2. O item "Demais" não inclui o Ministério da Saúde, que não sofreu contingenciamento.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2017, do Poder Executivo, em face da ampliação de R\$ 7,1 bilhões na estimativa da receita primária líquida, da previsão de incremento de R\$ 3,7 bilhões nas despesas obrigatórias inicialmente definidas na LOA 2017 e da decisão de compensar a previsão de resultado primário desfavorável das empresas estatais

de R\$ 0,2 bilhão, verificou-se a possibilidade de expansão dos limites para empenho em R\$ 3,1 bilhões, comparativamente ao cenário apresentado no Relatório Extemporâneo de Avaliação de março.

Apesar do resultado da análise, ao editar o Decreto 9.062/2017, o Poder Executivo decidiu não alterar os li-

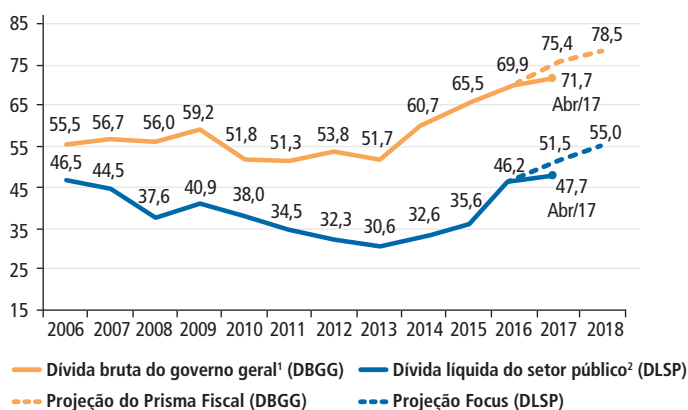
mites para empenho de seus órgãos, ampliando apenas os limites para pagamento, o que subentende a intenção de priorizar o pagamento de restos a pagar existentes. Considerando, ainda, que a dotação atualizada também não foi alterada em seu total, tendo havido apenas baixo volume de remanejamentos de dotações por meio de créditos adicionais, mantêm-se contingenciados R\$ 41,9 bilhões da dotação atualizada até o mês de maio, conforme

detalhamento do gráfico, o equivalente a 28,9% das suas despesas discricionárias, cujo montante autorizado é de R\$ 144,7 bilhões. Destaca-se que o Ministério da Saúde permaneceu sem contingenciamento.

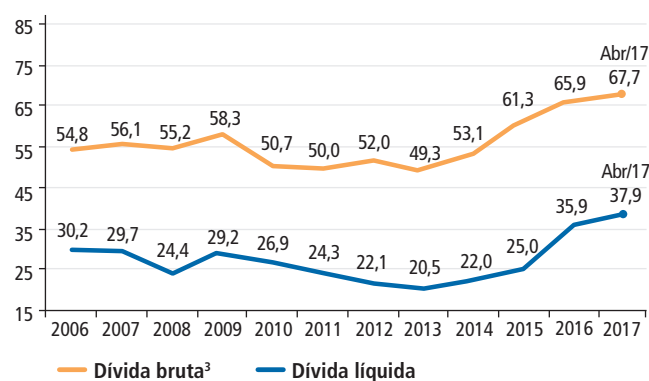
Observa-se que, apesar de o teto para as despesas primárias já viger, conformar os gastos à meta de resultado definida na LDO 2017 constitui o principal desafio até o momento.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a abr/2017



Governo Federal - 2006 a abr/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal e Relatório Focus de 19/05/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) cresceu 0,1 p.p. em relação ao fim de março de 2017 e alcançou 71,7% do PIB (R\$ 4,5 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 49,1% do PIB (R\$ 3,1 trilhões) em abril, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,3% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,1 trilhões (49,2% do PIB) em abril, registrando acréscimo de R\$ 9,4 bilhões em relação a março. O resultado refletiu resgates líquidos R\$ 12,3 bilhões, apropriação de juros de R\$ 21,6 bilhões e acréscimo de R\$ 0,1 bilhão decorrente da depreciação cambial.

A DLSP alcançou R\$ 3,0 trilhões (47,7% do PIB) em abril, reduzindo 0,1 p.p. em relação ao mês anterior. O resultado foi afetado, por um lado, pelos juros nominais apropriados, e, por outro, pelo resultado primário positivo e pela desvalorização cambial registrados no mês. No ano, a elevação de 1,5 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 2,2 p.p.), da valorização cambial (aumento de 0,3 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,6 p.p.), do resultado primário (redução de 0,2 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,1 p.p.).

Embora o resultado primário do mês de abril tenha sido positivo, a tendência de alta do endividamento público persiste em razão do resultado primário deficitário esperado para o ano e da relevância do impacto dos juros no resultado nominal. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de maio, estáveis em relação ao mês anterior, a DBGG deve alcançar 75,4% do PIB ao final deste ano e 78,5% do PIB em 2018.

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,1 p.p. em abril de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 67,7% do PIB (R\$ 4,3 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal decresceu 0,1 p.p. no período e registrou 37,9% do PIB (R\$ 2,4 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodrigues, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal